



José Cruz/Senado Federal



Professor Joaquim Falcão Neto (E), ministros João Otávio de Noronha e Ari Pargendler, senador José Pimentel, ministro Sidnei Beneti, procurador Alexandre Camanho de Assis e advogado Caio Leonardo Bessa Rodrigues em audiência

Falta consenso sobre PEC que acaba com recurso ao Supremo

Pela proposta, decisões de segunda instância terão efeito imediato; em audiência, parte dos especialistas disse que recursos às instâncias superiores só atrasam processo; parte afirmou que mudança não resolve problemas da Justiça

Audiência na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania discutiu a proposta de emenda à Constituição de Ricardo Ferraço que extingue os recursos extraordinário e especial às instâncias superiores.

As decisões de segunda instância teriam de ser cumpridas imediatamente. Ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal seriam apresentadas, depois, ações rescisórias. O ministro Sidnei Beneti, do STJ,

disse que os inúmeros recursos “apenas atrasam os processos”. O ministro João Otávio de Noronha, também do STJ, afirmou que a PEC 15/11 não produzirá mudanças com o alcance desejado. **3**

Lia de Paula/Senado Federal



Bruno Lewicki, senadores Lindbergh Farias e Randolfe Rodrigues, relator e presidente da CPI do Ecad, Glória Braga e Jorge de Souza Costa, durante audiência ontem

Proposta de regular direito autoral gera polêmica 6

Compensação por mineração será discutida no dia 18 5

Senadores aprofundam debate sobre royalties 4

Dependente tem obstáculo para se tratar, afirma debatedor 8

Exigência de diploma para jornalista deve ir ao Plenário 6

Jane Araújo/Senado Federal



Inácio Arruda participa do lançamento nacional da campanha Teste da Orelhinha, para exame em recém-nascidos

Senado lança campanha para divulgar teste da orelhinha

Sob o tema “Dê ouvidos ao direito do seu filho”, mobilização marca um ano da lei, proposta por Inácio Arruda, que permite tratamento precoce de perda auditiva. **2**

Aprovado representante nos Emirados Árabes Unidos

Diplomata João de Mendonça Lima Neto defendeu maior aproximação entre os dois países por meio do estímulo ao turismo. **7**

João de Mendonça Lima Neto na CRE, presidida por Fernando Collor



Genildo Magalhães/Senado Federal

Exame indolor dura de 3 a 5 minutos e pode ser realizado com a criança dormindo: um pequeno fone gera estímulos sonoros que mostram como o recém-nascido reage aos sons

Senado lança campanha sobre teste da orelhinha

O SENADO FEDERAL lançou ontem a campanha Teste da Orelhinha, cujo tema é "Dê ouvidos ao direito do seu filho". O evento foi realizado na Presidência da Casa, com o apoio da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs), e marcou um ano da Lei 12.303/10, oriunda de projeto de Inácio Arruda (PCdoB-CE).

O teste da orelhinha, que dura de 3 a 5 minutos, consiste na avaliação da audição por

meio de emissões otoacústicas evocadas (EOA) em recém-nascido para diagnóstico precoce de perda auditiva. O exame é indolor, pode ser realizado com a criança dormindo e ocorre por meio de um pequeno fone colocado na parte externa do ouvido. O fone é capaz de gerar estímulos sonoros que mostram como o ouvido do recém-nascido reage aos sons.

Inácio se disse grato aos que o ajudaram a aprovar o projeto.

– Só foi possível aprovar essa iniciativa com o apoio daqueles que têm a responsabilidade de cuidar das crianças brasileiras – disse o senador.

Segundo a presidente do Conselho Federal de Fonoaudiologia, Bianca Queiroga, a realização do exame diminui gastos públicos com próteses e com educação especial para surdos, oferecendo melhor adaptação social e cognitiva para os indivíduos.

Também presente no encontro, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) falou da conveniência da adoção do procedimento nos hospitais e maternidades.

– Não basta aprovar uma lei tão importante sem torná-la acessível ao público. O primeiro passo para fazer uma lei ser efetivada e cumprida é divulgá-la para a população – afirmou a senadora.

Mais informações, com vídeo e cartazes, no site especial criado pelo Senado: <http://www.senado.gov.br/testedaorelhinha>.



O autor do projeto, Inácio Arruda, participa do lançamento e agradece o apoio

Vanessa celebra Estatuto da Juventude

A aprovação do Estatuto da Juventude (PL 4.529/04) na Câmara dos Deputados foi comemorada ontem por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). Ela lembrou que o projeto é fruto de "importante acordo" entre diversos partidos, contemplando essa faixa etária com políticas públicas e suplementando medidas existentes, como o transporte escolar. A proposta passará agora pelo Senado.

O estatuto prevê garantia da meia-entrada para jovens não apenas em eventos culturais, mas também em eventos esportivos, o que é um avanço significativo; estabelece a cobrança diferenciada para transporte do estudante, que poderá frequentar aulas regulares; valoriza a suplementação de programas de transporte escolar nas cidades e no campo; e estabelece como grande prioridade a educação de tempo integral – elogiou a parlamentar.

Vanessa observou, ainda, que o projeto, relatado pela deputada Manuela D'Ávila (PCdoB-RS), embora garanta ampla liberdade de credo religioso, respeita a comunidade formada por lésbicas, gays, bissexuais e transexuais (LGBT).



Waldemir Barreto/Senado Federal

Senador também chama a atenção para os 23 anos da Constituição

Wilson Santiago: Estatuto do Idoso faz oito anos

O Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03), sancionado em 1º de outubro, fez oito anos. Já a Constituição federal foi promulgada há 23 anos, em 5 de outubro. Os dois registros foram feitos por Wilson Santiago (PMDB-PB). A Constituição de 1988 concedera inúmeros benefícios aos idosos, como o pagamento de um salário mínimo para os idosos do campo, que passaram a ter direito à seguridade social. Esses direitos foram posteriormente sacramentados pelo Estatuto do Idoso, disse.

O estatuto determina prioridade aos idosos no atendimento de saúde, transporte coletivo grátis e garantias contra violência e abandono, com pena de prisão para esses crimes, apontou.

Congresso apoia o combate ao câncer de mama

Na noite de quarta-feira, o Congresso Nacional foi coberto por uma luz especial rosa, no intuito de alertar a população sobre a importância de detectar precocemente a incidência do câncer de mama. A iniciativa integra as ações do Outubro Rosa, movimento mundial de conscientização.

Segundo o Instituto Nacional de Câncer (Inca), este ano devem ser registrados cerca de 50 mil novos casos no Brasil, e estatísticas revelam que 12 mil brasileiras morrem anualmente vítimas da doença.

Por iniciativa da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama, o Outubro Rosa chegou ao Brasil em 2008. Seu propósito é difundir ações de alerta, o que inclui a iluminação de prédios e monumentos na cor rosa.



A iluminação na cor rosa de prédios e monumentos históricos faz parte das ações de conscientização da importância de detectar a doença

Ana Rita diz que faltam ações contra a doença



Ana Rita

Ana Rita (PT-ES) falou ontem da importância da campanha internacional contra o câncer de mama, conhecida como Outubro Rosa. Segundo ela, o Espírito Santo aderiu pela segunda vez à campanha, que ilumina com luz rosa monumentos e prédios públicos.

A senadora informou ainda que o câncer de mama mata 30 mulheres por dia no Brasil.

– Fica clara a necessidade de investimento em ações na promoção da saúde, na detecção precoce, na assistência aos pacientes, na vigilância, na formação de recursos humanos, na comunicação e mobilização social, na pesquisa e na gestão do Sistema Único de Saúde.

Lídice repercute visita de secretárias estaduais

Lídice da Mata (PSB-BA) destacou a visita de um grupo de secretárias estaduais de Políticas para as Mulheres ao Congresso. Elas reivindicaram a ampliação da Política de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, além de mais recursos orçamentários para os estados a efetivarem.



Lídice da Mata

As secretárias foram recebidas pelos presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, Marco Maia, e também visitaram a Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Lídice informou ter conseguido marcar uma reunião com Walter Pinheiro (PT-BA) e Vital do Rêgo (PMDB-PB), respectivamente, relator do plano plurianual e presidente da CMO.

Paim relata críticas a aulas de educação física sem qualificação

Paulo Paim (PT-RS) registrou que líderes do Sindicato dos Profissionais de Educação Física do Rio de Janeiro se mostraram indignados com a Resolução 7/10 do Conselho Nacional de Educação,



Paulo Paim

que permite ao professor de ensino fundamental ministrar aulas de educação física para turmas do 1º ao 5º ano sem a devida qualificação.

Paim disse que os profissionais consideram inconstitucional a resolução, que

busca "subtrair e retirar de forma violenta" o mercado de trabalho da categoria. Ele salientou que a atividade é componente curricular obrigatório no ensino público ou privado e sua prática é reconhecida

por lei federal.

O senador também levou a Plenário a preocupação dos ferroviários com a crise em seus planos de saúde, especialmente o Serviço Social das Estradas de Ferro e o Plano de Saúde dos Ferroviários (Plansfer).

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Pronunciamentos

9h A sessão plenária de hoje é não deliberativa, sem a votação de projetos, e destina-se a pronunciamentos de senadores.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões

Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite às 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Fim da pobreza na pauta dos governos



Sérgio Souza

Sérgio Souza (PMDB-PR) pediu apoio à proposta de emenda à Constituição (PEC 94/11) que inclui a erradicação da pobreza como um dos princípios da ordem econômica.

O senador explicou que sua intenção é fazer com que as ações de erradicação sejam obrigatórias aos governos e não dependam apenas da disposição dos governantes.

Os princípios econômicos constitucionais são soberania nacional, propriedade privada, função social da propriedade, livre concorrência, defesa do consumidor, defesa do meio ambiente, redução das desigualdades regionais e sociais, busca do pleno emprego e tratamento favorecido para empresas brasileiras de pequeno porte. A inclusão da erradicação da pobreza nessa lista seria uma forma de tornar explícita a opção da sociedade brasileira pelo combate às desigualdades, explicou.

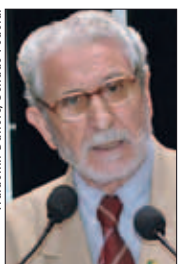
Geovani pede ação por trânsito seguro

Geovani Borges (PMDB-AP) assinalou ontem que as Nações Unidas estabeleceram os anos de 2011 a 2020 como a década de ação pela segurança viária – uma convocação para que todos os países signatários da resolução, entre eles o Brasil, se empenhem em reduzir pela metade, ao fim de dez anos, o número de mortes provocadas por acidentes de trânsito.

O senador citou estimativas segundo as quais ocorrem de 35 mil a 50 mil mortes por ano, a um custo social de R\$ 30 bilhões. Parte desse dinheiro é gasta em atendimento a acidentados no Sistema Único de Saúde (SUS). A maior parte das vítimas de acidentes é de homens, jovens, negros e pobres, em grande número motociclistas.

As estatísticas dos acidentes de trânsito replicam as de homicídios, que ceifam a mesma faixa de gênero, raça, idade e condição social, apontou. Geovani defendeu a necessidade de campanhas de conscientização sobre direção segura, orientações aos motoristas e motociclistas e, principalmente, coerção.

Senador quer reduzir benefícios de presos



Reditario Cassol

Reditario Cassol (PP-RO) defendeu restrições a benefícios concedidos a condenados a penas privativas de liberdade. Projeto (PLS 542/11) apresentado por ele estabelece, entre outras medi-

das, aumento dos prazos para progressão de regime, fim das saídas temporárias para condenados por crimes hediondos e extinção do auxílio-reclusão.

Para o senador, não se pode premiar as famílias dos criminosos e deixar as das vítimas sem proteção financeira. O auxílio-reclusão, hoje de R\$ 863, implica gastos da União superiores a R\$ 200 milhões, pagos a dependentes de presos que sejam segurados da Previdência Social, citou. Além disso, Reditario propôs a construção de novos presídios em parceria com a iniciativa privada, com previsão de trabalho para os presos.

– A prisão não é colônia de férias – afirmou o senador.

PEC determina que as decisões de segunda instância tenham efeito imediato. Enquanto professor afirma que Justiça oferece recursos demais, ministro do STJ diz que o necessário é reforma mais profunda do Judiciário



Joaquim Falcão Neto (ao microfone), Ari Pargendler, José Pimentel, Sidnei Beneti, Alexandre Camanho de Assis e Caio Leonardo Bessa Rodrigues na audiência

Especialistas em Direito se dividem sobre fim dos recursos ao Supremo

OS ESPECIALISTAS QUE participaram ontem de audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) mostraram que não existe consenso sobre a proposta de acabar com os recursos ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Proposta de emenda à Constituição (PEC 15/11) apresentada por Ricardo Ferraço (PMDB-ES) extingue os recursos extraordinário e especial. Esses recursos seriam transformados em ações rescisórias, a serem analisadas pelo STJ e pelo STF, porém sem efeito suspensivo sobre as decisões dos tribunais de segundo grau.

O presidente do STJ, ministro Ari Pargendler, disse que são necessárias reformas no Judiciário que definam com precisão a função das diferentes instâncias.

– Hoje, até multas de trânsito são discutidas no STJ, mas me parece que essa não é sua função.

Para o ministro Sidnei Beneti, também do STJ, não há razão para a Justiça funcionar com quatro jurisdições e inúmeros mecanismos processuais e discussões intermediárias que servem apenas para atrasar os processos.

– Estamos perdendo a maior parte do nosso tempo com uma fofoca processual e, com isso, perdendo o foco. Fomos feitos para julgar a pretensão das partes.

Por outro lado, outro ministro do STJ, João Otávio de Noronha, avaliou que a PEC 15/11 não produzirá mudanças com o alcance desejado. Segundo ele, a Cons-

tituição instituiu o STF para cuidar das questões constitucionais, mas o modelo não funciona adequadamente. Por isso, diz, o papel da corte precisa ser mais bem definido, o que exigiria uma reforma mais ampla do Judiciário.

– Precisamos resolver o problema do Judiciário como um todo, e não só na cúpula – disse Noronha.

O presidente da Comissão de Acompanhamento do Novo CPC da Ordem dos Advogados do Brasil do Distrito Federal (OAB-DF), Caio Leonardo Bessa Rodrigues, afirmou que a entidade é contra as mudanças propostas.

“Corte recursal suprema”

O diretor da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV) no Rio de Janeiro, Joaquim Falcão Neto, manifestou-se a favor da mudança. Para ele, é irracional a Justiça operar com quatro graus de jurisdição e amplos recursos contra as decisões de segundo grau. Segundo Falcão, existem 37 tipos de recursos processuais para chegar ao STF.

– Isso é inédito em termos internacionais. Não existe no mundo – criticou.

Entre 1988 e 2009, o STF recebeu mais de 1,2 milhão de processos. A maioria (91,6%) decorreu de recursos. Deles, 96% foram negados. Serviram apenas para retardar a execução das sentenças:

– Quantitativamente, portanto, o Supremo não é uma “corte constitucional”. Está mais para uma “corte recursal suprema”.

Para advogados, PEC não resolve problema

O representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) na audiência, Caio Leonardo Bessa Rodrigues, disse que a entidade é contra o fim dos recursos ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Ele argumentou que o fim de recursos contra as decisões de segunda instância poderia reforçar o poder de “elites”.

Rodrigues acrescentou que a proposta cria uma execução definitiva de uma decisão judicial provisória, o que seria uma contradição. Para ele, a situação seria mais grave na esfera penal.

– O modo como o sistema judicial brasileiro estabeleceu o sistema de garantias é bem melhor tal como está hoje – disse o advogado, afirmando que a PEC 15/11 não aborda o efetivo problema do Judiciário, que é a gestão.

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, Alexandre Camanho de Assis, disse que não há fundamento nas críticas de que as mudanças propostas na PEC resultariam em limitação do acesso à Justiça:

– Nada mudará para o cidadão comum. Só poucos advogados acessam a Justiça por meio de recurso especial.

A audiência na CCJ foi dirigida pelo vice-presidente da comissão, José Pimentel (PT-CE).

Relator mantém recurso, mas sem efeito suspensivo de sentença

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) apresentou solução alternativa para a proposta que acaba com o recurso extraordinário e o especial contra decisões da Justiça de segundo grau. Relator da PEC 15/11, ele disse que, com o apoio de Ricardo Ferraço, elaborou texto em que mantém os recursos sem prejudicar o início imediato da execução das sentenças que aqueles instrumentos buscam anular.

– Os recursos não teriam efeito suspensivo, a menos que, por decisão de colegiado, o tribunal acionado [corte inferior] chegasse à conclusão que a execução deve ser interrompida até o

juízo da questão constitucional ou legal em questão – explicou.

Ficha Limpa

Na PEC, a sentença anterior seria considerada definitiva (trânsito em julgado). Ferraço cita como benefício da nova sistemática a recente discussão em torno da Lei da Ficha Limpa, que considera ilegíveis os condenados à suspensão dos direitos políticos ou por ilícitos eleitorais, por decisão de órgão colegiado.

A constitucionalidade da Ficha Limpa é contestada com base no princípio da presunção da inocência, pelo qual

ninguém pode ser considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença. A extinção dos recursos especial e extraordinário resolveriam o problema, pois o trânsito em julgado já teria ocorrido com a decisão de colegiado de segundo grau. Para Aloysio, a sua proposta produzirá resultados semelhantes e ainda alcançará o chamado recurso de revista, utilizado junto ao Tribunal Superior do Trabalho para atingir causas trabalhistas.

– Isso vai desestimular muito a chamada litigância de má fé, que é essa proliferação de recursos em que a função é meramente o adiamento das decisões.

Debate sobre divisão de *royalties* se aprofunda

A polêmica em torno da divisão dos recursos dos *royalties* do petróleo continua rendendo intenso debate no Plenário do Senado. Ontem, representantes de estados produtores e não produtores voltaram a apresentar seus argumentos. A movimentação na tribuna reflete o debate acirrado que envolve

parlamentares, governadores e ministros. Na quarta-feira, um acordo de lideranças fechado em reunião patrocinada pelos presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, Marco Maia, adiou para 26 de outubro a votação, pelo Congresso Nacional, do veto presidencial à Emenda Ibsen, que reparte os *royalties* de acordo

com os critérios do Fundo de Participação dos Estados (FPE). Até lá, os líderes tentam chegar a uma proposta de consenso em torno do relatório de Vital do Rêgo (PMDB-PB) ao projeto (PLS 448/11) do senador Wellington Dias (PT-PI), evitando, assim, uma provável derrubada do veto e uma eventual disputa na Justiça.

Vanessa alega que petróleo "não está no território do Rio"



Vanessa Grazziotin

Ao comentar a dificuldade de consenso no Senado em torno dos *royalties* do petróleo, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) pediu moderação aos representantes dos estados onde há extração. Ela citou Lindbergh

Farias (PT-RJ) como um dos que têm usado termos duros em suas intervenções. De forma indireta, referiu-se também a Ricardo Ferraço (PMDB-ES), que pouco antes tratara da imposição dos interesses da maioria sobre a minoria.

Para Ferraço e Lindbergh, o PLS 448/11, de autoria de Wellington Dias (PT-PI), não atende aos interesses dos estados produtores.

– Não estamos aqui tratando de um petróleo que está no território do Rio de Janeiro. O petróleo está a 200, 300 quilômetros da costa, a uma profundidade que varia de cinco a sete quilômetros. O impacto é muito diferente do causado no próprio território – contra-argumentou a senadora.

Vanessa lembrou que dia 19 o relator da matéria, Vital do Rêgo (PMDB-PB), deverá apresentar seu parecer e que, caso o acordo não seja alcançado, o veto à Emenda Ibsen será derrubado e a questão irá para a Justiça.

Blairo Maggi considera recorrer à Justiça pela apreciação de vetos



Blairo Maggi

Blairo Maggi (PR-MT) revelou que estuda, com outros senadores, uma maneira jurídica de fazer com que o Congresso aprecie os vetos presidenciais, como determina a Constituição. A questão vem à

tona em meio à discussão sobre a apreciação do veto do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Emenda Ibsen, que prevê a distribuição dos *royalties*.

Atualmente, aguardam deliberação vetos relativos a 154 projetos, sendo que 41 foram vetados totalmente.

– Nós não podemos nos curvar a isso. Aqui, talvez, nenhum senador se lembre do último veto a ser derrubado.

O senador disse que a derrubada de vetos permitiria à Casa fazer o "enfrentamento de ideias" com o Executivo. Apesar de o texto constitucional prever trancamento da pauta do Congresso depois de 30 dias sem a apreciação do veto, não há trancamento se o presidente do Congresso não incluir a matéria na pauta de deliberações.

A PEC 96/11, de Zeze Perrela (PDT-MG), propõe o trancamento da pauta da Câmara e do Senado após 90 dias do recebimento do veto, independentemente da leitura em Plenário.

Dornelles apresenta argumentos jurídicos a favor dos produtores



Francisco Dornelles

Os *royalties* são direito dos estados produtores, afirmou Francisco Dornelles (PP-RJ), argumentando que as compensações se constituem em receita originária desses estados.

Ele citou parecer do jurista

Ives Gandra sobre a natureza constitucional dos *royalties*, destinado às unidades que "sofram as consequências negativas resultantes da exploração e dispensem recursos em função dela".

– Nós reconhecemos que o petróleo pertence à União, mas o *royalty* e a participação especial são devidos àqueles estados que sofrem as consequências do desgaste da exploração do petróleo no seu território ou no seu mar territorial – argumentou o senador.

Dornelles também citou decisão do Supremo Tribunal Federal que reafirmou que os *royalties* e a participação especial são receita originária "decorrente do desgaste que sofrem estados e municípios na exploração do petróleo". No mesmo julgamento, observou o senador, foi lembrado o dispositivo constitucional que retirou a incidência do ICMS na origem do petróleo, o que fez necessário que se criasse uma contrapartida financeira.

Lúcia Vânia defende proposta de Dornelles, com emendas



Lúcia Vânia

Lúcia Vânia (PSDB-GO) defendeu ontem proposta (PLS 574/11) do senador Francisco Dornelles, com três emendas de sua autoria, como forma de sair do impasse sobre a distribuição dos *royalties* do

petróleo. A senadora apontou como principal falha dos projetos sobre regras de partilha a adoção dos critérios do Fundo de Participação dos Estados (FPE), declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e com validade até 2012.

Uma das emendas que ela apresentou ao projeto de Dornelles define novo critério a ser aplicado unicamente às futuras receitas do regime de partilha, para reduzir essas distorções.

A parlamentar também reconheceu que alterações bruscas no formato atual de distribuição de *royalties* podem causar sérios danos fiscais às economias dos estados produtores, caso do Rio de Janeiro, do Espírito Santo e de São Paulo. Por isso, propôs que não seja alterada a destinação dos recursos da atual exploração de petróleo, mas se estabeleçam novos critérios unicamente para as receitas que virão do regime de partilha, ligado ao pré-sal.

Ferraço adverte para riscos de disputa deteriorar Federação

Preocupado com a disputa entre os estados pelos recursos dos *royalties* do petróleo, Ricardo Ferraço (PMDB-ES) assinalou que o que está em jogo é muito mais do que a divisão das riquezas naturais, já que essa é a maior disputa federativa das últimas décadas no Brasil.

– O que proponho é uma profunda reflexão sobre o federalismo que estamos construindo ou deteriorando – disse.

Na sua opinião, o país tem dimensões continentais e profundas diferenças eco-

nômicas e culturais no plano regional. É o pacto federativo, acrescentou, que impede a fragmentação do país.

– Não se trata de acabar com a diversidade, mas é preciso fomentar a negociação e a cooperação – afirmou, criticando também a concentração de recursos financeiros na União.

A "disputa cega" se choca com a necessária solidariedade federativa, observou ele, pedindo que a minoria também seja ouvida. A maioria – formada pelos

representantes dos estados não produtores – quer "impor à minoria a mudança de regras em pleno jogo". A expectativa do senador, que representa um estado produtor, é que o Senado chegue a um consenso até o dia 19, data marcada para votação do projeto que trata do assunto, o PLS 448/11.

– O Senado precisa zelar pelo equilíbrio federativo e para que a diversidade de interesses não atropelasse a necessária unidade nacional – afirmou.



Para o senador capixaba, é preciso fomentar a negociação e a cooperação entre os estados

Lindbergh: Dilma deve liderar discussão sobre pacto federativo



Senador do estado do Rio afirma que "não existe federação de maioria contra a minoria"

Lindbergh Farias (PT-RJ) afirmou que a discordância sobre *royalties* está apenas nos poços que já foram licitados, cujos contratos estão em vigor. Ele considera que o debate caminha numa direção errada e deveria ser focado na Federação, em vez de colocar estado contra estado.

– Somos favoráveis a que os estados não produtores recebam agora e não só no pré-sal. O que nós não concordamos é essa briga, esse problema federativo – afirmou, lembrando que representa o Rio de Janeiro, mas é paraibano.

Para Lindbergh, não há como discutir os *royalties* separadamente do problema da dívida dos estados e da concentração da arrecadação nas mãos da União (54%

após transferências). Ele acha que a dívida é impagável e dá lucro ao Tesouro Nacional graças a taxas de juros e índices de correção muito acima do mercado.

O senador assinalou que os governadores do PT concordaram que é preciso reorganizar o perfil da dívida dos estados.

– A presidente Dilma Rousseff tem que chegar de viagem e liderar esse debate federativo. Não existe federação de maioria contra a minoria – alertou.

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) disse, em aparte, que o Senado está tendo a oportunidade de se afirmar como guardião da unidade nacional. Cyro Miranda (PSDB-GO) afirmou que os verdadeiros problemas não estão sendo discutidos.

"Rio de Janeiro não está nadando em dinheiro", afirma o senador

Lindbergh disse que "não é correto achar que o Rio de Janeiro está nadando em dinheiro" e lembrou que seu estado tem muitos desafios a enfrentar que dependem de recursos financeiros, como a luta pela pacificação das favelas, a contratação de mais policiais e a organização da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016. Dia 26, o Senado deverá votar o veto à Emenda Ibsen, que divide os *royalties* de acordo com os critérios do Fundo de Participação dos Estados e do Fundo de Participação dos Municípios.

Projeto aumenta compensação sobre exploração mineral

Tramita na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) proposta que aumenta de 3% para até 5% a alíquota máxima da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem) e prevê a incidência do tributo sobre o faturamento bruto e não sobre o faturamento líquido, como ocorre hoje. O texto é um substitutivo, elaborado por Aécio Neves (PSDB-MG), a projeto (PLS 1/11) de Flexa Ribeiro (PSDB-PA). A decisão terminativa caberá à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

De acordo com a proposta, a Cfem incidirá sobre o faturamento bruto resultante da venda do produto obtido após a última etapa de beneficiamento do minério e antes de sua transformação industrial. Para a formação da base de cálculo da compensação, o projeto também equipara à venda o consumo ou a utilização do minério como insumo da mineradora.

A compensação financeira é devida a estados, Distrito Federal, municípios e órgãos federais pela exploração econômica dos recursos minerais extraídos do subsolo, considerados bens da União, conforme norma constitucional. Atualmente, a Cfem é calculada sobre o valor do faturamento líquido, resultado do valor da venda do produto mineral, deduzindo-se, além de tributos que incidem na comercialização, as despesas com transporte e o valor do seguro.

Aécio afirma que o projeto visa acabar com conflitos gerados pela previsão legal (Lei 7.990/89) de se deduzir despesas de transporte da base de cálculo da contribuição, especialmente pela imprecisão da norma quanto à definição das despesas. "A lei não deixa claro se o transporte interno pode ser deduzido da base de cálculo. As mineradoras afirmam que sim, ao passo que o DNPM [Departamento Nacional de Produção Mineral] defende que não", diz Aécio. Deduções de investimentos em caçambas e esteiras de transporte de minério a longas distâncias, por exemplo, podem tornar a base de cálculo da Cfem irrisória e o valor da compensação financeira inexpressivo, explica.

culo. As mineradoras afirmam que sim, ao passo que o DNPM [Departamento Nacional de Produção Mineral] defende que não", diz Aécio. Deduções de investimentos em caçambas e esteiras de transporte de minério a longas distâncias, por exemplo, podem tornar a base de cálculo da Cfem irrisória e o valor da compensação financeira inexpressivo, explica.

Equiparação

Com essas mudanças, Aécio quer tornar a arrecadação com a exploração mineral mais próxima dos valores dos royalties do petróleo, com "alíquotas de 10%, podendo ser reduzidas para 5%, em situações específicas, bem superiores às previstas para os royalties do minério, que variam de 0,2% a, no máximo, 3%, e ainda incidem sobre o faturamento líquido, ao passo que os royalties do petróleo incidem sobre o bruto".

Para o relator, as diferenças entre os dois setores não justificam "a disparidade tão profunda no volume de recursos gerados a título de compensação pela exploração dessas riquezas naturais".

Aécio também alterou o rateio dos recursos arrecadados entre os entes federativos: ele sugere aumentar de 23% para 30% a parcela destinada a estados e ao Distrito Federal; reduzir de 65% para 50% a parte dos municípios; manter os 12% da União; e destinar 8% para um fundo especial, a ser distribuído entre os municípios do estado arrecadador.

O relator também cria uma participação especial na exploração mineral, a exemplo da que já existe na do petróleo. Para calcular essa participação, ele propõe aplicar sobre a mesma base de cálculo da Cfem alíquotas que variam de 1% a 2,5%.

Para Aécio Neves, recursos pela exploração de minério não podem ser tão inferiores aos do petróleo



Flexa Ribeiro (2º à esq.), autor do requerimento de audiência, protesta contra a ausência dos convidados

Comissão adia debate sobre alíquota de recursos minerais

Audiência deve ser remarçada para o dia 18 porque convidados não compareceram ontem. Nova data será confirmada após verificação de compatibilidade de agendas

A COMISSÃO DE Serviços de Infraestrutura (CI) remarcará, provavelmente para 18 de outubro, debate sobre projeto (PLS 1/11) de autoria de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) que eleva alíquota de compensação financeira sobre a exploração de recursos minerais, além do substitutivo de Aécio Neves (PSDB-MG) que altera a base de cálculo de 3% para 5%. Audiência pública sobre o tema estava prevista para ontem, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), mas foi adiada devido à ausência dos convidados.

Autor do requerimento de audiência pública, Flexa Ribeiro protestou pela ausência dos

convidados, mas a presidente da CI, Lúcia Vânia (PSDB-GO), explicou que a impossibilidade de participação deles se deveu ao pouco tempo para compatibilização de agendas. A parlamentar lembrou aos colegas que, ao receber as justificativas de ausência dos convidados, tentou negociar uma nova data com Flexa Ribeiro, mas não obteve sucesso.

Convidados

Antes de confirmar a nova data, a secretaria da comissão consultará os convidados sobre a compatibilidade de agendas.

Entre os convidados para a audiência, estão o ministro de

Minas e Energia, Edison Lobão, e os governadores Simão Jatene (Pará), Antonio Anastasia (Minas Gerais), Marconi Perillo (Goiás) e André Puccinelli (Mato Grosso do Sul).

Também deverão participar o diretor de Procedimentos Arrecadatórios do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Marco Antonio Valadares Moreira; o presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), Paulo Camillo Vargas Penna; e o presidente da Vale, Murilo Ferreira; além do presidente da Associação dos Municípios Mineradores do Brasil (Amib), Anderson Costa Cabido.

Royalties da mineração

Projeto aumenta arrecadação sobre o faturamento da atividade e redistribui as parcelas para municípios, estados e União

Alíquota de arrecadação	COMO É HOJE	COMO PODE FICAR
	Até 3% sobre faturamento líquido	Até 5% sobre faturamento bruto
▶ Parcela destinada a estados e DF	23%	30%
▶ Parcela destinada a municípios	65%	50%
▶ Parcela destinada à União	12%	12%
▶ Fundo especial para todos os municípios do estado arrecadador	Não existe	8%

Além de aumentar a alíquota sobre a exploração mineral, a proposta também cria uma participação especial de 1% a 2,5% sobre o faturamento bruto

Armando Monteiro defende mudanças no ensino médio



Senador quer mais formação profissional

O investimento para melhoria da qualidade do ensino médio é um dos principais desafios do sistema educacional brasileiro, defendeu Armando Monteiro (PTB-PE). Para ele, o ensino médio deve deixar de ser uma mera etapa de passagem para a educação superior e passar a se voltar para a educação profissional.

O senador avaliou que hoje o ensino médio desconsidera as necessidades do mercado de trabalho e afirmou que é preciso superar o modelo de formação generalista.

– Isso daria uma oportunidade aos jovens de ingressarem com mais rapidez no mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, atender à urgência do setor produtivo, que padece de escassez de mão de obra – disse.

Para Armando Monteiro, é essencial que o Senado aprove projetos como o que cria o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) (PLC 78/11). Ele também comemorou a aprovação do PLC 77/11, que modificou o Supersimples.

Flexa Ribeiro quer cultivo de cana em áreas da Amazônia

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) informou ter apresentado na quarta-feira duas propostas para ajudar a resolver a escassez de etanol no Brasil. Os projetos têm objetivo de permitir o plantio de cana-de-açúcar em áreas da Amazônia.

– Não queremos derrubar uma única árvore para plantar cana. Isso seria uma insensatez. Mas não podemos deixar de plantar a cana nos cerrados – disse, lembrando a dificuldade de conter a inflação por conta da pressão dos combustíveis.

De acordo com ele, o PLS 626/11 autoriza o cultivo sustentável da cana-de-açúcar em áreas alteradas e nos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal. Segundo Flexa, o decreto que instituiu o zoneamento agroecológico da cana no país excluiu o bioma da Amazônia.

O PDS 245/11, também apresentado pelo senador, susta a aplicação de parte da resolução conhecida como Manual de Crédito Rural, do Conselho Monetário Nacional. Na opinião do parlamentar, as vedações contidas no texto para o crédito rural a produtores de cana-de-açúcar exorbitam o poder de regulamentação concedido pelo Poder Legislativo ao Executivo.

Geovani anuncia encontro sobre educação quilombola



Evento será em novembro, em Macapá, diz o senador

Geovani Borges (PMDB-AP) informou que a Secretaria de Estado da Educação do Amapá, por meio do Núcleo de Educação Étnico-Racial (Neer), vai realizar um encontro sobre a educação quilombola, nos dias 10 e 11 de novembro, em Macapá. O parlamentar lembrou que o estado tem 126 comunidades quilombolas.

De acordo com ele, o encontro "Terra, tradição e liberdade: uma história de vida" vai reunir professores e técnicos, possibilitando a troca de experiências e de informações sobre projetos pedagógicos desenvolvidos nas escolas quilombolas. O evento também vai abordar a identidade cultural, social e histórica das comunidades remanescentes de quilombos.

Geovani Borges destacou que a questão quilombola entrou na agenda pública com a Constituição de 1988. Ele elogiou a tradição e a riqueza cultural dos brasileiros.

Diploma para jornalistas deve entrar na pauta

O presidente do Senado, José Sarney, afirmou que vai incluir na pauta do Plenário a proposta de emenda à Constituição (PEC 33/09) de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que estabelece a exigência de diploma

para jornalistas. Na quarta-feira, Inácio Arruda (PCdoB-CE), relator, fez um apelo a Sarney para que a matéria fosse analisada.

– Nós queríamos ter o direito de discuti-la aqui, no Plenário.

É uma questão de justiça. Se a maioria quiser rejeitá-la, que rejeite, mas nós queremos debater antes. Todos os líderes já assinaram o pedido para inclusão na pauta e temos uma oportunidade agora – disse Inácio.

A proposta acrescenta artigo à Constituição para estabelecer a exigência de diploma de curso superior de Comunicação Social (habilitação em Jornalismo) para o exercício da profissão de jornalista.



Waldemar Borretto/Senado Federal

Eduardo Suplicy

Suplicy lembra lições da vida de Steve Jobs

Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou voto de pesar pelo falecimento, na quarta-feira à noite, do americano Steve Jobs (1955-2011), a quem classificou como “visionário criativo”.

O senador recomendou que todos assistam ao discurso de Jobs de 2005, na Universidade de Stanford. Ele leu a transcrição do texto em que Jobs se vale de três histórias para dar aos formandos uma lição de vida.

A primeira delas é sobre como “ligar os pontos” da vida. Jobs explica que não é possível conectar os fatos olhando-os de frente, mas só depois que ocorrem, olhando para trás. Assim, é preciso fazer as coisas com garra, com fé, acreditando que elas irão se conectar no futuro.

Na segunda, sobre amor e perda, ele conta como ficou arrasado ao ser demitido da Apple, empresa que fundou com um amigo e da qual acabou afastado. Neste período, redescobriu o amor pelo trabalho, criou a empresa de animação Pixar (que fez *Toy Story*, primeiro longa metragem animado por computador) e a NeXT, e ainda conheceu sua esposa, Laurene. A terceira é sobre a morte. Com um câncer de pâncreas diagnosticado, aconselha os estudantes a viverem cada dia como se fosse o último: “O seu tempo é limitado, então não o gaste vivendo a vida de um outro alguém”.

– Steve Jobs deixa um exemplo de vida – resumiu.

Estatal para tratar de direitos autorais não tem consenso

Debate sobre a criação de um órgão do governo para regular o setor dividiu opiniões de representantes da área em audiência pública realizada ontem pela CPI do Ecad

A CRIAÇÃO DE um órgão estatal fiscalizador das associações de administração de direitos autorais não é consensual entre representantes do segmento. Para a superintendente do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad), Glória Braga, os autores não precisam ser tutelados pelo Estado. Já Bruno Lewicki, especialista em direito autoral, defendeu a criação de um instituto brasileiro para atuar no setor.

O assunto voltou a ser discutido ontem durante audiência pública na comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga

denúncias de irregularidades praticadas pelo Ecad.

Na avaliação de Glória Braga, criar uma entidade similar ao extinto Conselho Nacional de Direitos Autorais é inconstitucional e “uma afronta” aos compositores. Segundo ela, compositores e criadores sempre administraram seus negócios de forma independente.

A superintendente do Ecad se mostrou preocupada com eventual interferência na formação de preços e com o favorecimento de grandes inadimplentes – segundo ela, as concessionárias públicas de televisão.

Já Bruno Lewicki afirmou ser importante haver uma instância de mediação de conflitos entre as associações de autores. Ele sugeriu que, além de mediar conflitos, a estrutura deve definir critérios de cobrança, por exemplo.

O presidente da Sociedade Brasileira de Administração e Proteção dos Direitos Intelectuais (Socinpro), Jorge Costa, disse que não é possível fiscalizar, pois essa ação exigiria “um exército” em campo. Ainda não há posição oficial do governo sobre a criação de órgão estatal fiscalizador.



Pedro França/Senado Federal

Liberdade tem limite, diz senador

Malta defende regulação da imprensa

Magno Malta (PR-ES) defendeu ontem, em pronunciamento no Plenário, a criação de um conselho regulatório da imprensa, como se aventou durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Ele fez a declaração lembrando o caso que envolveu o humorista Rafinha Bastos, do programa *CQC*, da TV Bandeirantes, e a cantora Wanessa Camargo. O humorista teria ofendido a cantora, que está grávida do primeiro filho.

– A minha indignação será permanente. Direito à liberdade de expressão tem limite – afirmou o parlamentar.

Segundo o senador, está em curso, no Ministério Público de São Paulo, um procedimento para averiguar as declarações do humorista. A questão ficou sob responsabilidade da Promotoria da Mulher, onde há um outro processo aberto contra Rafinha, que teria feito afirmações grosseiras contra as mulheres, em maio deste ano, e transformado o crime de estupro em motivo de piada.

Magno Malta disse que, atualmente, os jornalistas podem “invadir e expor a privacidade” de pessoas sem serem punidos.

– Agora é prática. Todo mundo é vítima disso. O sujeito invade a sua privacidade, atinge a sua honra e nada acontece, porque é uma casta especial.



Lin de Paula/Senado Federal

Ao lado de Lindbergh Farias (E), Randolfe Rodrigues afirma que advogados do Ecad tentam tumultuar trabalhos da CPI

Direito à defesa está sendo respeitado, diz Randolfe

O presidente da CPI do Ecad, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), afirmou ontem que a liminar concedida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Celso de Mello ao órgão arrecadador não contradiz as decisões que vêm sendo tomadas pelos senadores.

O ministro determinou que a CPI protocole e aprecie petições dos advogados do Ecad. Eles também terão o direito de intervir verbalmente durante as reuniões da CPI e acesso a todos os documentos, inclusive os

reservados ou sigilosos. Os advogados alegam que o direito à defesa não tem sido respeitado.

No entanto, para Randolfe, as prerrogativas têm sido garantidas e a decisão não muda em nada os procedimentos adotados pela CPI. O senador disse que o mandado de segurança impetrado pelo órgão é uma tentativa de tirar o foco das investigações. Para ele, os advogados tentaram criar um fato contra a CPI, já que as investigações estão em um momento crucial.

– Quem tiver de ser indiciado pela CPI será indiciado.

Randolfe afirmou ainda que, em alguns momentos, os advogados tentam tumultuar o andamento dos trabalhos e ocupar o lugar dos depoentes.

– O que nós não vamos permitir, admitir e aceitar é que o advogado substitua o depoente, porque o advogado não tem nenhum informação para prestar para mim ou para a relatoria da CPI. Quem tem informação para prestar é o depoente – disse o senador.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Wilson Santiago
1º secretário: Cicero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário:
 Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Presidência da Sessão

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Vanessa Grazziotin • Ana Amélia • Geovani Borges • José Sarney

* Licenciado

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem:
 Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer
Reportagem: Cíntia Sasse
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Cláudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – **E-mail:** jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
 Cep: 70.165 – 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

O embaixador, cuja indicação foi aprovada pela CRE, também pretende promover o Brasil como destino turístico. Já há voo direto entre os dois países

Lira quer turismo interno divulgado em rádio e TV

O senador Benedito de Lira (PP-AL) anunciou a apresentação de projeto (PLS 630/11) que cria horários obrigatórios de divulgação das atrações turísticas existentes nos estados e no Distrito Federal. A ideia é incentivar o turismo interno, uma vez que os brasileiros deixam de conhecer o país por falta de informação.

De acordo com o projeto, as redes de rádio e televisão serão obrigadas a fazer a divulgação do turismo interno em rede nacional, assim como é feito no horário destinado à propaganda política. Serão dez inserções de 30 segundos duas vezes por ano, explicou Benedito de Lira, que preside a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

– As maravilhas dos Pampas não são de conhecimento do alagoano. Tudo precisa da ação da mídia nacional – afirmou.



Projeto de Benedito de Lira prevê dez inserções duas vezes por ano



Senador Fernando Collor (C), entre João de Mendonça Lima Neto (E) e Agripino Maia, preside reunião da Comissão de Relações Exteriores

Gerardo Magalhães/Senado Federal

Embaixador defende cooperação maior com Emirados Árabes Unidos

OS EMIRADOS ÁRABES Unidos importam mais de US\$ 160 bilhões por ano em mercadorias de todo o mundo e contam com fundos soberanos de aproximadamente US\$ 600 bilhões, destinados a investimentos. Os números foram apresentados como sinal da importância deste país pelo diplomata João de Mendonça Lima Neto, cuja indicação para o posto de embaixador em Abu Dhabi foi aprovada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Mendonça – cuja indicação foi relatada por Eduardo Suplicy (PT-SP) – ressaltou a importância de aprofundar a “crescente cooperação econômica” entre o Brasil e os Emirados. O comércio bilateral alcançou mais de US\$ 2 bilhões em 2010, quase dobrando de tamanho em cinco anos. E o Brasil obteve superávit de US\$ 1,6 bilhão, embora as exportações brasileiras concentrem-se em apenas

três produtos: açúcar, frango e minério de ferro.

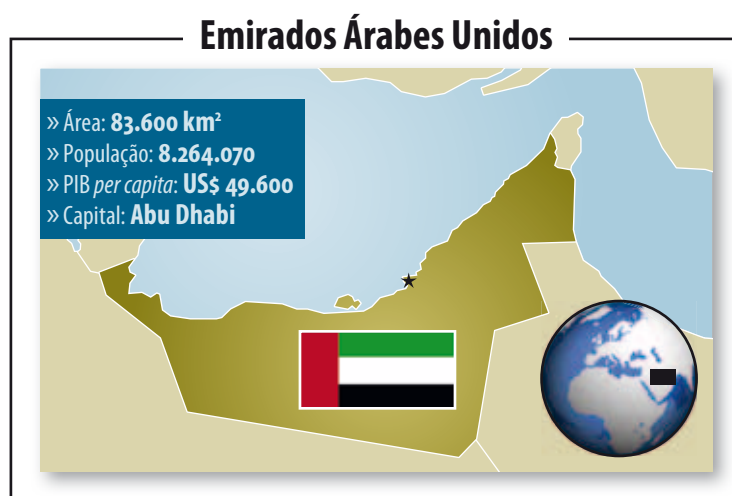
Os fundos soberanos dos Emirados, por sua vez, podem ser um meio de atração de investimentos para o Brasil. Mendonça defendeu ainda maior aproximação no setor de turismo. Como já existe um voo direto entre os dois países, da empresa

Emirates, ele anunciou a intenção de promover o Brasil como destino turístico nos Emirados.

Em resposta a Ana Amélia (PP-RS), preocupada em saber que medidas políticas poderiam vir a ser adotadas para aprofundar a relação bilateral, Mendonça defendeu a promoção de ações de cooperação conjuntas em

terceiros países, como o Sudão. Ele recordou que os Emirados destinam 1% de seu produto interno bruto (PIB) a ações de ajuda ao desenvolvimento, principalmente em outros países muçulmanos.

Suplicy quis saber se os Emirados poderiam ser afetados pelo movimento conhecido como Primavera Árabe, de contestação a regimes autoritários em todo o Oriente Médio. Mendonça recordou que dos 8,2 milhões de habitantes dos Emirados, nada menos que 7,3 milhões são estrangeiros, que não têm os mesmos direitos e poderiam vir a ser prejudicados se promovessem manifestações políticas. Dos 900 mil nascidos nos Emirados, muitos trabalham no próprio governo. O regime local ainda é de monarquia absoluta, mas com um “embrião de mudanças” que poderão levar o país a adotar uma monarquia parlamentarista.



Fonte: CIA World Factbook e United Arab Emirates Bureau of Statistics

Acordo permite que brasileiros trabalhem na Suíça

Os senadores aprovaram ontem o acordo firmado entre Brasil e Suíça em 2009 que autoriza o exercício de atividades remuneradas de familiares dos membros de missões diplomáticas (PDS 184/11).

Segundo o relator na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, senador José Agripino (DEM-RN), o objetivo é “proporcionar o exercício de atividades profissionais a pessoas que, de outra maneira, teriam a mera função de acompanhamento de funcionário transferido para outro país”.

Ainda de acordo com Agripino, o tratado “oportuniza o enriquecimento profissional dessas pessoas” e permite “o intercâmbio de experiências com benefícios para os envolvidos”.

Acatada convenção internacional sobre questões civis e comerciais

O Plenário do Senado aprovou ontem o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 638/10, que ratifica com ressalvas o texto da Convenção sobre a Obtenção de Provas no Estrangeiro em Matéria Civil ou Comercial, assinada em Haia, Holanda, em 18 de março de 1970.

De acordo com o Ministério das Relações Exteriores, a adesão do Brasil é motivada pelo crescimento das comunidades brasileiras no exterior. Também visa suprir a lacuna causada pela recusa de muitos países em negociar acordos bilaterais sobre o assunto, sob o argumento de que preferem utilizar esse instrumento multilateral.

Ainda segundo o ministério, a convenção tem por objetivo simplificar a obtenção de provas no exterior, aperfeiçoando

a cooperação jurídica internacional. A maior rapidez no procedimento é buscada principalmente mediante a previsão de nomeação de autoridades centrais pelos Estados contratantes, encarregadas de tramitar os pedidos.

O relator na Comissão de Relações Exteriores (CRE), Anibal Diniz (PT-AC), recomendou a aprovação da matéria nos termos da emenda que apresentou. De acordo com ela, o Brasil fica desobrigado de receber cartas rogatórias redigidas em outro idioma que não o português. Além disso, autoridades judiciárias de um Estado poderão assistir ao cumprimento de cartas rogatórias no Brasil caso autorizadas. A matéria vai agora à Comissão Diretora para redação final.

Brasil e Angola poderão cooperar no turismo

Brasil e Angola estarão em breve mais próximos na área de turismo. A CRE aprovou ontem parecer favorável a um acordo de cooperação celebrado em Luanda, em abril de 2009. O Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 185/11, que ratifica o acordo e teve como relator Cyro Miranda (PSDB-GO), será votado em Plenário.

Em seu voto favorável, o relator elogiou o intercâmbio de

especialistas e técnicos na área de turismo a ser estimulado pelo acordo, assim como a cooperação entre instituições de ensino e de treinamento profissional. Para o senador, o acordo adquire relevância “pela identidade cultural e linguística dos dois países e pelos vínculos históricos que fazem com que grande parte da população brasileira tenha origem na África e naquele país, em especial”.

Dois outros projetos de decreto legislativo receberam pareceres favoráveis da comissão ontem. O PDS 178/11 aprova o ingresso do Brasil na Organização Internacional para as Migrações (OIM).

Já o PDS 186/11 aprova o acordo com a Índia sobre assistência mútua em matéria aduaneira, celebrado em 2007. O comércio entre os dois países alcançou US\$ 7,7 bilhões em 2010.

Sarney recebe representante da oposição venezuelana

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu o coordenador nacional do Partido Voluntad Popular, da Venezuela, Leopoldo López, que apresentou as propostas da oposição venezuelana para as eleições presidenciais marcadas para outubro de 2012 naquele país.

– Esperamos inaugurar uma nova etapa na Venezuela em 2012. Para nós, é muito importante que outros países conheçam as alternativas políticas apresentadas ao povo venezuelano – afirmou López, que defendeu a integração de Brasil e Venezuela nas áreas econômica e política.

Para ele, “o Brasil tem que saber que nossa intenção é construir, pela via eleitoral,

uma plataforma de governo legítima, que permita à Venezuela avançar”.

Segundo López, Sarney defendeu a integração político-econômica da América Latina.

López criticou o desrespeito aos direitos humanos e políticos na Venezuela. Ele foi prefeito de Caracas e teve os direitos políticos cassados, segundo disse, por perseguição do governo Hugo Chávez.

– Recorri à Corte Interamericana de Direitos Humanos, que sentenciou a meu favor, obrigando o Estado venezuelano a permitir que eu participe de um processo eleitoral. Por isso, é importante que um país democrático como o Brasil conheça o que acontece na Venezuela.



Sarney recebe o coordenador do partido Voluntad Popular, Leopoldo López

Jane Araújo/Senado Federal

Acesso a tratamento é difícil para viciados, afirma debatedor

Para ex-deputado que integrou comissão da Câmara sobre o assunto, Ministério da Saúde é contra a internação de dependentes químicos

PARA O EX-DEPUTADO federal Germano Bonow, um dos principais obstáculos à recuperação de viciados em drogas, no Brasil, é a dificuldade de acesso ao tratamento, ao contrário do que acontece em diversos países da Europa. Ele foi relator da comissão da Câmara que, no ano passado, visitou Portugal, Holanda e Itália para avaliar políticas sobre drogas.

– Não adianta ter uma política governamental para esse tema se não houver a oferta de tratamento – disse ontem, em audiência no Senado.

Ao dar exemplos do problema, Bonow frisou que não há leitos suficientes no Brasil para usuários e que o número de Centros de Atenção Psicossocial (Caps) é muito pequeno. Segundo ele, “a sensação que se tem é que o Ministério da Saúde não trabalha para ter uma boa política porque é contra a internação de pessoas drogadas”.

– O principal contraste entre o Brasil e os países da Europa que analisamos é que lá quem quer ser tratado tem acesso ao tratamento. Aqui, não.

O ex-deputado disse ter “muita esperança” na atuação da Secretaria

Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad), vinculada ao Ministério da Justiça. Ele explicou que parte de suas expectativas se devem aos contatos que teve com a titular da Senad, Paulina Duarte, quando ela ainda era secretária-adjunta do órgão.

Bonow acredita que os espaços de assistência a drogados conhecidos como comunidades terapêuticas, em grande parte vinculados a grupos religiosos, são importantes para o tratamento, desde que bem empregados. Ele ressaltou que ainda falta supervisão do governo sobre essas comunidades, “que deveriam ser inseridas dentro do sistema de tratamento”.

– Há muitas comunidades terapêuticas que são excelentes, mas, como não há supervisão nem orientação, existem outras que não funcionam bem – observou.

A audiência de ontem foi solicitada pela senadora Ana Amélia (PP-RS), vice-presidente e relatora da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, Crack e Outros. Ela pretende apresentar seu parecer até dezembro.



Ao lado da senadora Ana Amélia, o ex-deputado Germano Bonow fala sobre viciados em drogas.

Ana Amélia é contra uma nova CPMF

A senadora Ana Amélia (PP-RS) defendeu a regulamentação urgente da Emenda 29 (que impede que verbas da saúde sejam aplicadas em outras áreas), mas rejeitou a possibilidade de criação de um novo imposto para a saúde, semelhante à extinta Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

– É urgente a regulamentação da Emenda 29, mas a sociedade já não suporta a criação de impostos – disse.

Baseando-se em dados divulgados pelo DataSenado que revelaram a oposição dos brasileiros a uma nova CPMF, Ana Amélia avaliou que o governo terá de buscar recursos entre os já disponíveis nos cofres públicos, além de empenhar-se na melhoria da gestão do Sistema Único de Saúde (SUS).

Na pesquisa do DataSenado, 70% dos brasileiros consideraram necessário melhorar a gestão dos recursos destinados à saúde.

Segundo Ana Amélia, o crescimento da participação dos municípios nos gastos com saúde verificado entre 2000 e 2007, maior que o crescimento da participação da União e dos estados, tem onerado demasiadamente as prefeituras e impedido o avanço do SUS. A regulamentação da Emenda 29, disse ela, possibilitaria a injeção de R\$ 66 bilhões extras na saúde pública.

Ana Amélia aproveitou para convidar a população brasileira a enviar, pela internet, sugestões à Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, Crack e Outras Drogas.

Walter Pinheiro deve apresentar relatório sobre Plano Plurianual no dia 19

O relatório preliminar do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015 deverá ser apresentado no dia 19 pelo relator, Walter Pinheiro (PT-BA), dando início ao período de apresentação de emendas (dez por parlamentar).

O relator esteve ontem em Porto Velho e Rio Branco, onde participou de mais um seminário regional sobre o PPA, ao lado do relator do Orçamento de 2012, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP); do relator da Receita do Orçamento, senador Acir Gurgacz (PDT-RO); do presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senador Vital do Rego (PMDB-PB); do senador



Senador quer acatar pedidos

Anibal Diniz (PT-AC); e do governador do Acre, Tião Viana.

Walter Pinheiro relatou que nas duas cidades repetiu-se a mesma expectativa dos seminários realizados em João Pessoa, Salvador, Uberlândia (MG), Curitiba, Campo Grande, Goiânia e São Paulo, nos quais os participantes puderam apresentar sugestões ao

PPA e ao Orçamento de 2012. O senador disse esperar que os pleitos apresentados em Rondônia e no Acre possam se encaixar na estrutura do PPA em debate. Os próximos seminários serão realizados no dia 17, em Vitória e em Porto Alegre.

Pimentel diz que nova regra do Supersimples estimulará a economia



José Pimentel

José Pimentel (PT-CE) falou ontem da importância de o Senado ter, na véspera, aprovado o projeto que muda as regras do Supersimples e permite que um número maior de pequenas e

microempresas se beneficiem desse sistema simplificado de tributação. O projeto vai para a sanção presidencial.

– Quando o Senado aprovou a atualização da Lei Geral da Micro e da Pequena Empresa, a alegria no semblante dos nossos congressistas era forte, porque essa é a base da nossa economia. São a micro e a pequena empresa que efetivamente geram emprego, formalizam o mercado de trabalho e produzem para o mercado nacional – disse Pimentel, relator do projeto aprovado.

Ele anunciou que hoje será realizado em Fortaleza o 5º Seminário Empreender, que discutirá o empreendedorismo voltado à micro e à pequena empresa.

Alvaro Dias critica postura adotada por Dilma na Europa



Alvaro Dias

O “discurso triunfalista” da presidente Dilma Rousseff em viagem à Europa foi criticado por Alvaro Dias (PSDB-PR).

– A presidente afirmou que o Brasil “está pronto para ajudar a Europa”. Ajudar como, se o gover-

no alega não ter recursos para a saúde pública no nosso país? – indagou

Entre outros problemas, o senador mencionou as elevadas taxas de juros, a dificuldade para abertura de negócios e a alta carga tributária. Disse ainda que o presidente da Federação Internacional de Futebol Associado (Fifa), Joseph Blatter, recusou-se a um encontro com Dilma, enviando “um subalterno” que manteve as imposições da entidade para que o Brasil sedie a Copa do Mundo em 2014.

Alvaro Dias leu artigo do desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Rizzatto Nunes, que aponta perda da soberania nacional no atendimento a “interesses particulares” da Fifa.

Walter Pinheiro festeja mudanças no Simples Nacional

Walter Pinheiro (PT-BA) comemorou na quarta-feira a aprovação do PLC 77/11 – Complementar, que reajusta em 50% as tabelas de enquadramento das micro e pequenas empresas no Simples Nacional (Supersimples). O projeto também estabelece trâmite simplificado para abertura, registro, alteração e baixa do microempreendedor individual, explicou o senador, que defendeu a criação do Ministério da Micro e Pequena Empresa e uma legislação que facilite a participação dessas empresas nas licitações públicas.

A ampliação do limite de receita que enquadra a micro e pequena empresa passa de R\$ 240 mil para a faixa de receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 360 mil. A empresa de pequeno porte passa para a faixa que vai de R\$ 360 mil até R\$ 3,6 milhões, apontou.

– É importante destacar ainda a possibilidade do chamado limite adicional às empresas exportadoras, que poderão exceder os limites de enquadramento continuando a se beneficiar do Simples Nacional, desde que o excesso provenha de receitas decorrentes da exportação – acrescentou.

Cyro Miranda afirma que obras para a Copa de 2014 estão atrasadas



Cyro Miranda

Cyro Miranda (PSDB-GO) fez um alerta no Plenário. Disse que o Brasil precisa agir rápido, “pois o tempo voa e a Fifa tem o poder de nos tirar a Copa caso as obras de infraestrutura não sejam realizadas”.

– De uma forma ou de outra, o Brasil vai passar uma tremenda vergonha diante do mundo se o governo não tomar providências urgentes para dotar o país com os investimentos necessários.

Em vez de realizar obras nos aeroportos e nas cidades, Cyro Miranda disse que o governo se limita a adotar “o famoso e velho jeitinho brasileiro, anunciando a decretação de feriado nos dias da Copa”.

– Quando ouvimos argumentos dessa natureza, ficamos estarecidos, perplexos, tristes com a imagem que se constrói do Brasil – afirmou.

O país, lembrou, foi escolhido como sede da Copa há muito tempo, em 2007.